

MINISTÉRIO DA SAÚDE SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA COORDENAÇÃO-GERAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

XIV REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DOS DISTÚRBIOS POR DEFICIÊNCIA DE IODO

BRASÍLIA/DF

NOVEMBRO/2016

INTRODUÇÃO

No dia 23 de novembro de 2016 ocorreu a XIV Reunião Ordinária da Comissão Interinstitucional para Prevenção e Controle dos Distúrbios por Deficiência de Iodo, nas dependências do Ministério da Saúde. A reunião teve como objetivo discutir os principais desafios do Programa Nacional para Prevenção e Controle dos Distúrbios por Deficiência de Iodo e apresentar os resultados finais da Pesquisa Nacional de Iodação do Sal (Pnaisal). Participaram da reunião representantes da Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição (CGAN/DAB/SAS/MS) e da Coordenação Geral de Vigilância de Agravos e Doenças Não Transmissíveis (CGDANT/DEVDANTPS/SVS/MS) do Ministério da Saúde, da indústria salineira brasileira (Abersal e Sindisal), da Universidade Federal de Pelotas e da Universidade Federal do Rio Grande, da Gerência Geral de Alimentos e da Gerência Geral de Monitoramento da Anvisa e do Iodine Global Network (IGN).

ASSUNTOS DISCUTIDOS

 Prevenção e controle dos Distúrbios por Deficiência de iodo no Brasil: cenário nacional, articulação com outras políticas e monitoramento – Eduardo Nilson (CGAN/MS)



Eduardo Nilson (CGAN/DAB/SAS/MS) iniciou enfatizando a importância da reunião para fortalecer o monitoramento em nível governamental de todos os fatores inerentes à política de iodação do sal no Brasil. Ainda em sua fala, fez um breve relato do histórico desta política no Brasil, incluindo as principais linhas de ação do Programa Nacional de Prevenção e

Controle dos Distúrbios por Deficiência de Iodo (DDI), conhecido como Pró-Iodo. Destacou, ainda, a estrutura do sistema de monitoramento desta política, que inclui o monitoramento do produto e populacional. Este primeiro monitoramento é de responsabilidade do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e abrange o monitoramento nas indústrias beneficiadoras de sal e no mercado, e o segundo, cuja responsabilidade é do Ministério da Saúde, inclui pesquisas e inquéritos para avaliar a ingestão de iodo na população brasileira. Destaca-se que, em 2013, a partir da obtenção dos resultados preliminares de iodúria da Pesquisa Nacional de Iodação do Sal (Pnaisal), foi aprovada a revisão da faixa de iodação do sal (20 – 60 ppm para 15 – 45 ppm) pela diretoria da Anvisa.

Por fim, foram apresentados os desafios atuais dessa agenda, que compreendem a harmonização das políticas de iodação do sal com as demais iniciativas (reduzir a ingestão do sódio e ao mesmo tempo manter a proteção contra DDI); a avaliação do sistema de monitoramento da iodação do sal (indústria e mercado) — potencialização de recursos e esforços das Visas (número de amostras, abrangência geográfica) e manutenção do compromisso com este monitoramento; o acompanhamento da ingestão de iodo (e sódio) em nível populacional e em públicos mais vulneráveis — informações com diferentes temporalidades e representatividade; e o fortalecimento das estratégias de informação, comunicação e educação.

Apresentação dos resultados finais da Pesquisa Nacional de Iodação do Sal (Pnaisal) Profs. Dra. Iná dos Santos/ Dr. Juraci César (UFPel)



O professor Dr. Juraci César (Universidade Federal do Rio Grande), com o apoio da professora Dra. Iná dos Santos (Universidade Federal de Pelotas), apresentou a Pnaisal, perpassando pelos objetivos, metodologia e resultados da pesquisa.

A Pnaisal, cujo objetivo foi avaliar o impacto da iodação do sal em amostra representativa da população de crianças e jovens escolares, matriculados em escolas públicas e privadas no Brasil; ocorreu nos período de março/ 2008 a dezembro/ 2009 e fevereiro/2013 a agosto/2014.

A pesquisa apresentou representatividade nacional, regional e estadual. O público-alvo foi composto por escolares com idade entre 6 e 14 anos, provenientes de colégios públicos e particulares dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal. Os escolares foram entrevistados e tiveram uma amostra de urina coletada, segundo normas estabelecidas pela Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde (CGAN/MS).

A coleta de dados realizada a partir de visitas domiciliares foram feitas em uma sub-amostra dos escolares, com vista ao recolhimento de uma amostra de sal de cozinha consumido pela família. Ao todo, foram visitados 477 municípios previamente selecionados na amostragem e incluídos 18.978 escolares no estudo, pertencentes a 810 escolas públicas e privadas localizadas nas zonas urbanas e rurais. Cerca de três quartos dos escolares eram provenientes de escolas localizadas em área urbana, apenas 9% eram de escolas particulares, 51% eram do sexo feminino, a maioria era de cor preta (63%) e a média de idade foi de 10,5 ± 2,6 anos.

A mediana da iodúria dos escolares brasileiros foi de 276 μ g/L, sendo que a região com mediana mais elevada foi a Nordeste (300 μ g/L) e a com menor, a região Sul (248 μ g/L). Dentre os estados, a maior mediana foi observada no Rio Grande do Norte (361 μ g/L) e a menor, no Amazonas (198 μ g/L). Os resultados demonstraram mediana nacional de excreção urinária de iodo dentro da categoria de concentração "mais que adequada".

A análise dos dados nacionais apontou prevalências de concentração de iodo na urina de 9,7% de déficit; 20,4% adequada; 25,2% mais que adequada e 44,6% excessiva. Em nenhum dos estados brasileiros a proporção de crianças com deficiência grave foi maior ou igual a 20%, não indicando, portanto, problema de saúde pública por deficiência de iodo, segundo a OMS. A taxa de déficit de iodo apresentou-se mais elevada nas escolas públicas municipais, entre as meninas, em crianças com menor idade e em escolas da área rural.

Após a apresentação dos resultados da PNAISAL, ocorreu uma roda de perguntas e comentários, onde várias questões relevantes foram levantadas. Nessa conjuntura, tentou-se encontrar explicações para os altos déficits de iodo na região rural, como a possibilidade das famílias estarem fazendo uso de sal destinado à alimentação bovina; possibilidade das famílias

estarem fazendo uso de sal não iodado proveniente de outros países (sais importados); outro ponto abordado foi o excesso de iodo encontrado, que pode estar associado aos hábitos alimentares, ou seja, maior consumo de alimentos ultraprocessados com altas concentrações de sal por parte dos escolares da zona urbana em comparação à zona rural.

Resultados do monitoramento da iodação do sal no Brasil – Ângela Castro (Anvisa)



Ângela Castro, representante da ANVISA, apresentou os resultados do monitoramento da iodação do sal no Brasil. O monitoramento da iodação é realizado por meio de inspeção na produção (indústrias salineiras) e análise fiscal do sal no comércio. O foco da inspeção é no estado do Rio Grande do Norte, onde está concentrada a maioria das indústrias salineiras.

Os resultados demonstraram que a maioria das amostras coletadas na análise fiscal estavam satisfatórias (96%). Na inspeção sanitária, 42% dos estabelecimentos beneficiadores de sal avaliados apresentavam condições satisfatórias (n=11).

Durante a apresentação, foi levantada ainda a necessidade de revisão do manual técnico operacional do Pró-iodo e de ajuste das metas de inspeção anual, com um monitoramento mais racional.

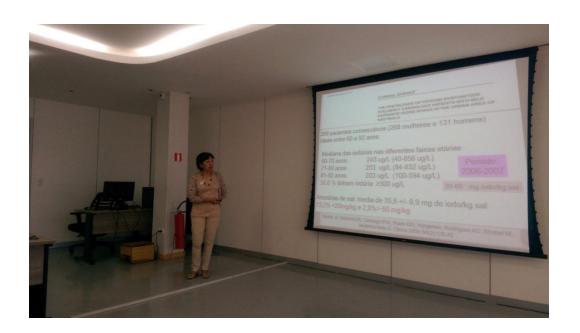
 Compromissos do setor produtivo com a política de iodação do sal e demandas regulatórias das indústrias



(representantes da indústria salineira a esquerda da foto)

Na oportunidade, representantes da indústria salineira apresentaram suas demandas e destacaram a necessidade de capacitação das Visas municipais para realização da inspeção sanitária e de ampliar as ações de fiscalização de forma a abranger também os sais importados e sais de outras empresas que não fazem parte do setor organizado. O setor produtivo também indicou a importância de uniformizar a interpretação das normas legais (destacaram que as notificações realizadas pelas Visas ocorrem de maneira diferenciada em cada estado), de rever a amostragem (de maneira a incluir toda a produção de sal) e enfatizaram questões referentes à rotulagem nutricional (alguns tipos de sais e marcas não seguem as normas de rotulagem definidas pela Anvisa).

• Iodine Global Network (IGN) - Dra. Rosalinda Camargo



Em continuação às explanações, a Dra. Rosalinda, integrante do IGN, apresentou as necessidades de ingestão de iodo diária, os parâmetros para classificação de ingestão excessiva ou deficitária, o histórico de recomendação da política para faixas de iodação do sal, os marcadores de nutrição do iodo e diversos estudos científicos que avaliaram a ingestão de iodo no Brasil e em grupos específicos, como gestantes. Diante disso, foram apresentadas como propostas do IGN: a realização de um inquérito nacional em população de risco (gestantes) e a avaliação da necessidade de suplementação de iodo em gestantes e lactantes.

ENCAMINHAMENTOS

Por último, fez-se a discussão dos próximos passos e encaminhamentos e, por conseguinte, foram levantadas as seguintes questões:

- Reestabelecimento das reuniões regulares do Comitê para acompanhar a evolução da agenda. Sugeriu-se marcar a próxima reunião do Comitê para o primeiro semestre/2017.

- Consulta aos especialistas da OMS sobre a perspectiva de revisão do documento com recomendações nutricionais de ingestão de micronutrientes.
- Divulgação dos resultados da Pnaisal de maneira contextualizada com a política de iodação do sal.
- Encaminhar dados da Pnaisal para IGN divulgar internacionalmente.
- Reforço às estratégias de comunicação da agenda de prevenção das deficiências por distúrbio de iodo.
- Estabelecimento de grupo de trabalho eletrônico para desenhar modelo de monitoramento populacional do iodo.
- Inclusão das demandas regulatórias da política de iodação do sal nos diálogos setoriais espaço destinado às contribuições de diferentes segmentos da sociedade -, que serão promovidos pela Anvisa no período de dez/2016 até fev/2017.
- Revisão do Manual Técnico Operacional do Pró-lodo.

Anexo 1. Programação

REUNIÃO TÉCNICA

XIV Reunião Ordinária da Comissão Interinstitucional para Prevenção e Controle dos Distúrbios por Deficiência de Iodo

Data: 23 de novembro de 2016

Local: Setor Comercial Norte (SCN), quadra 02, Edifício Projeção C, sala de reuniões 01 (térreo)

Horário: 9 às 18h

PROGRAMAÇÃO

Horário	Atividade
09h00 – 09h30	 Eduardo Nilson (CGAN/MS): Boas-vindas e apresentação dos participantes.
09h30 – 09h50	 Eduardo Nilson (CGAN/MS): Prevenção e controle dos Distúrbios por Deficiência de iodo no Brasil: cenário nacional, articulação com outras políticas e monitoramento.
09h50 – 10h20	 Profs. Dra. Iná dos Santos/ Dr. Juraci César (UFPel): Apresentação dos resultados finais da Pesquisa Nacional de Iodação do Sal (Pnaisal).
10h20 – 10h40	Comentários e Perguntas sobre a Pnaisal
10h40 – 11h00	INTERVALO
11h00 – 11h20	 Ângela Castro (Anvisa): Resultados do monitoramento da iodação do sal no Brasil.
11h20 – 11h40	 Indústria salineira: Compromissos do setor produtivo com a política de iodação do sal e demandas regulatórias das indústrias.
11h40 – 12h00	Especialistas – Dra. Rosalinda e Dr. Eduardo Tomemori: IGN - Iodine Global Network Brasil.
12h00 – 14h00	ALMOÇO
14h00 – 18h00	Discussão de próximos passos e encaminhamentos.
	- Revisão do monitoramento da iodação do sal nas indústrias e mercado;
	- Metodologias para a avaliação populacional da ingestão de iodo no Brasil; e
	- Demandas para revisão da regulação da iodação do sal (possível exclusão do sal grosso,
	flor de sal, sais importados).